

Relatório de

Gestão

2023





Cada pessoa que se junta a nós é uma peça fundamental. O nosso crescimento e expansão não são apenas números, mas histórias de vidas transformadas, sonhos realizados e comunidades fortalecidas. À medida que avançamos, nossos passos reverberam por todos os cantos, levando oportunidades e mudando destinos.

União



e movimento

Cooperar é o que nos move

Imagine um mundo onde cada passo dado é impulsionado pelo poder da união. Um lugar onde a solidariedade, a confiança e a colaboração são as forças motrizes por trás do crescimento e do desenvolvimento de cada indivíduo. Bem-vindo ao nosso universo de cooperação, onde acreditamos que juntos podemos alcançar o inimaginável.

Aqui, a cooperação é muito mais do que uma palavra no dicionário, é uma filosofia que permeia cada fibra do nosso ser. Quando nos unimos, movidos pela cooperação, somos capazes de superar desafios e criar um futuro brilhante.

Junte-se a nós e sinta o poder dessa força transformadora.

7

Princípios do cooperativismo



1) Adesão livre e voluntária

Liberdade e igualdade são a base do primeiro princípio. No cooperativismo qualquer pessoa pode se tornar um cooperado, desde que faça isso de forma livre e voluntária, e esteja disposta a assumir suas responsabilidades.



2) Gestão democrática

Todos os cooperados têm direito a um voto. As decisões dentro da cooperativa são tomadas democraticamente, ou seja, todos têm a mesma importância.



3) Participação econômica

Todas as pessoas que integralizam capital em uma cooperativa se tornam cooperadas e participam do retorno financeiro da instituição anualmente.



4) Autonomia e independência

As cooperativas são autônomas, ou seja, são controladas pelos seus associados. No caso de cooperativas de crédito, elas são fiscalizadas e supervisionadas por órgãos estatais, como Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que traz ainda mais segurança aos associados.



5) Educação, formação e informação

As cooperativas têm compromisso com a educação e a formação de seus membros, representantes e colaboradores. Assim, garante que todos possam sempre contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento da própria cooperativa e também da comunidade.



6) Interooperação

No cooperativismo todos se ajudam! Além do trabalho feito em conjunto dentro de cada cooperativa, essa ajuda mútua também acontece entre as cooperativas, independente de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



7) Interesse pela comunidade

Todas as cooperativas trabalham por um bem comum: a comunidade, buscando o desenvolvimento sustentável onde seus cooperados estão inseridos.



Para você e sua empresa



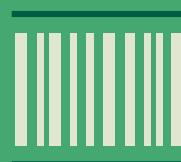
Financiamentos



Empréstimos



Capital de Giro



Boletos



Maquininha



Cartões



Consórcios



Cheques



Aplicações



Seguros



Previdência



Conta Kids



App CredíSIS



Internet Banking

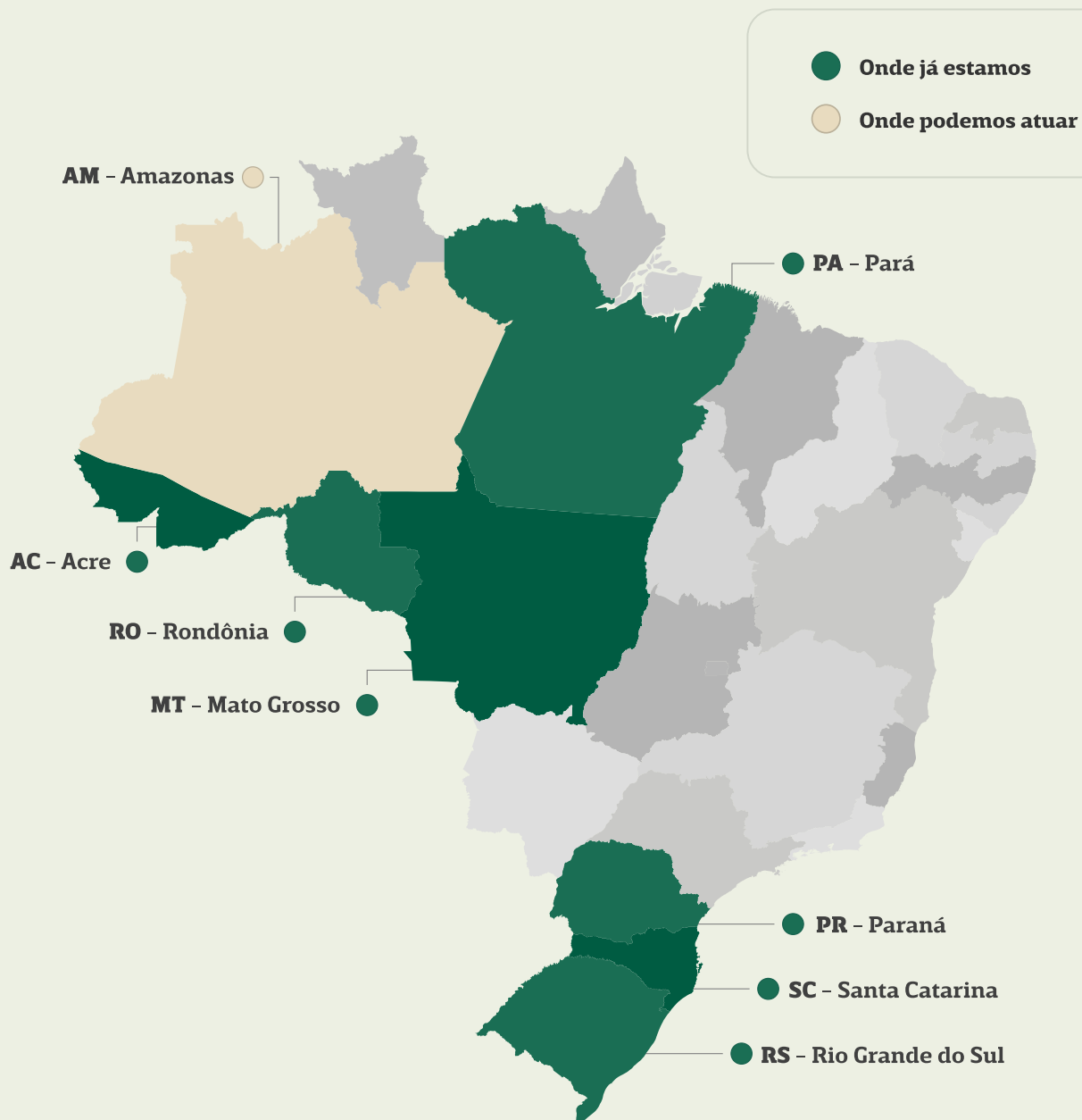


Caixas Eletrônicos



Pix

Mapa de atuação



07 estados • **51** municípios • **10** distritos

12 cooperativas • **71** agências • **70** mil cooperados



A revolução da --- cooperação

Acreditamos na cooperação não como um conceito abstrato, mas como uma força viva que pulsa em nossas veias. Essa força nos conecta a um propósito, nos faz olhar sempre na mesma direção e buscar um objetivo comum: o desenvolvimento pela transformação.

E você está convidado a fazer parte dessa revolução da cooperação. Juntos, vamos escrever uma história de crescimento, fortalecimento e prosperidade.

Sumário

Cooperar é o que nos move	03
7 princípios do cooperativismo	04
Para você e sua empresa	06
Mapa de atuação CrediSIS	07
A revolução da cooperação	08
Parecer do conselho fiscal	10
Palavra do Presidente	11
Relatório da Administração	12
Evolução dos Resultados	14
Ações Sociais ESG	15
Relatório dos Auditores Independentes	16
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais	19
Demonstrações do resultado	20
Demonstrações do resultado abrangente	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstrações dos fluxos de caixa	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24
1 Contexto operacional	24
2 Apresentação das demonstrações financeiras	24
2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação	25
2.2 Continuidade dos negócios	27
3. Políticas contábeis materiais	27
4 Caixa e equivalentes de caixa	30
5 Títulos e valores imobiliários	31
6 Relações interfinanceiras	31
7 Operações de crédito	31
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32
9 Outros ativos	32
10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	33
11 Depósitos	33
12 Recursos de aceite e emissão de títulos	33
13 Relações interfinanceiras	34
14 Outros Passivos	34
15 Passivos contingentes	35
16 Patrimônio líquido	35
17 Ingressos de operações de crédito	36
18 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	36
19 Dispêndios e despesas de pessoal	37
20 Outros dispêndios e despesas administrativas	37
21 Outros ingressos e receitas operacionais	37
22 Outros dispêndios e despesas operacionais	38
23 Outras receitas e despesas	38
24 Resultado não recorrente	38
25 Partes relacionadas	38
25.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.	39
26 Índice de Basileia	39
27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	40
28 Seguros contratados	41

Parecer Conselho Fiscal

Na condição de membros do Conselho Fiscal da CREDISIS OESTE - Cooperativa de Crédito e Investimento do Oeste, no cumprimento das atribuições legais e estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial, do Relatório da Administração, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e as respectivas Notas Explicativas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis, que foram elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

Verificamos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com as normas em vigor e obedecem aos preceitos legais adotados, exprimindo dessa forma a correta situação patrimonial da CREDISIS OESTE, cujo resultado está de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2004, que aponta um superávit do exercício de 2023 na ordem de R\$ 2.642.356,29 (dois milhões e seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos).

Nosso parecer encontra-se fundamentado ainda nos relatórios dos auditores independentes Moore Prisma Auditores e Consultores, decorrente das incumbências que lhes são atribuídas pelo Banco Central do Brasil, onde acompanhamos os procedimentos e apontamentos realizados, dentro da extensão e profundidade que entendemos necessárias.

Do exposto, damos o nosso PARECER no sentido de que as referidas demonstrações, bem como o resultado apurado, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da CREDISIS OESTE, em 31 de dezembro de 2023. Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Espigão d'Oeste/RO, em 10 de abril de 2024.

Adriana Cristina Schuanz
Coordenadora

Renata dos Santos Nunes Bossi
Secretária

Edna Marcia de Moraes
Conselheira

Palavra do Presidente

As grandes conquistas da CrediSIS Oeste só foram possíveis graças à confiança dos cooperados acerca dos trabalhos realizados nessas duas décadas de história. Somos uma instituição financeira cooperativa, isso significa que dividimos o nosso resultado entre todos os associados, de um jeito justo, moderno e colaborativo. Como cooperativa de crédito, valorizamos o relacionamento, oferecendo soluções financeiras para agregar renda, e contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade”.

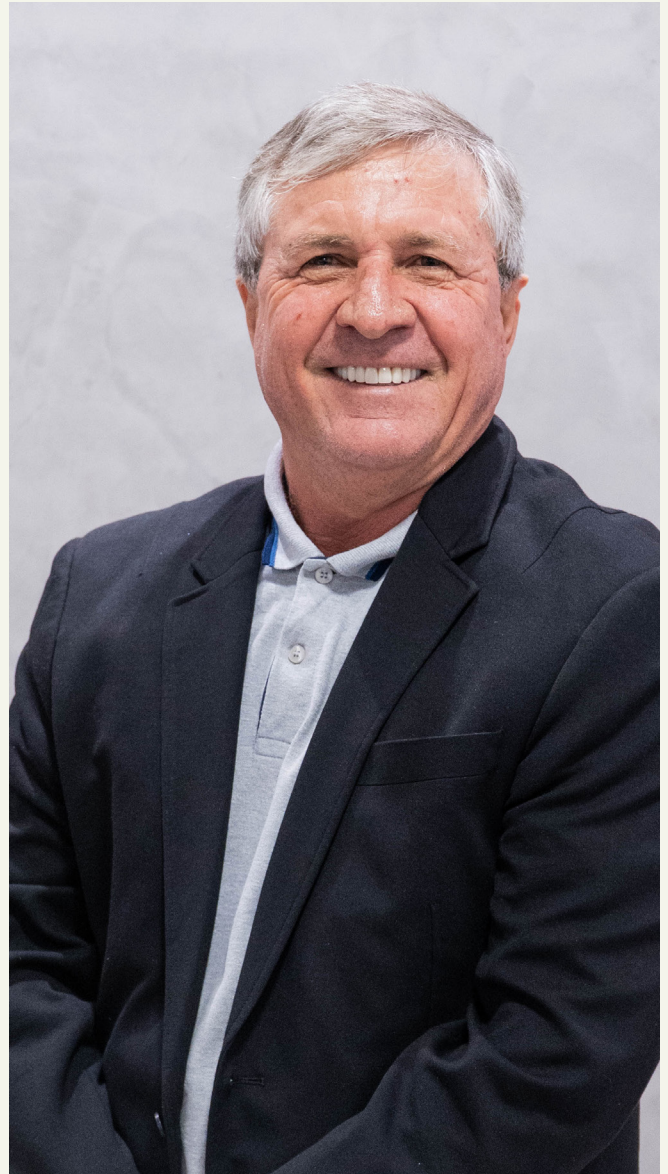
Nossa cooperativa seguiu cumprindo com seus propósitos, e mais uma vez colheu excelentes resultados financeiros e sociais, graças ao trabalho valoroso de nossa equipe e a confiança da sociedade.

O cooperativismo atua de forma inovadora, conjunta e humanizada contribuindo para o crescimento de todos.

Caminharemos juntos para zelar pelo associado e propagar os princípios cooperativistas que é nosso compromisso, na certeza de que nossas conquistas são compartilhadas por todos. Nós acreditamos que fazer juntos faz a diferença e que a força do coletivo é capaz de transformar o nosso mundo.

Agradeço a todos que fazem parte desse trabalho e afirmo que a CrediSIS Oeste renova seu compromisso de seguir trabalhando para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e próspera.

Muito Obrigado!



Tarciso Gabiatti

Diretor Presidente
CrediSIS Oeste

Relatório da Administração

Exercício 2023

Em observância à Resolução CMN nº. 4.818 de 29/05/2020, a Instrução Normativa BCB nº 236 de 17/02/2022 e a prática do pilar chave da governança cooperativa, o da transparência, que prestamos conta de nossas atividades desenvolvidas do segundo semestre no mês de dezembro do ano de 2023.

Ao entregarmos mais um relatório de administração, trazemos aos cooperados as realizações e os resultados advindos das movimentações financeiras realizadas junto a cooperativa.

Em 2023, convivemos com um cenário ainda de muitas incertezas no campo econômico e político. Apesar deste cenário, a CrediSIS Oeste gerou sobras, e levará a assembleia resultados positivos que superaram os valores orçados para o exercício. O trabalho realizado nesta instituição resultou num crescimento significativo que possibilita uma gestão com foco em custos ainda mais competitivos e um futuro promissor.

É com satisfação que a Administração apresenta números consolidados significativos em 31/12/2023, sendo:

- Número de Cooperados: 1.743;
- Ativos Totais: R\$ 75.167.215;
- Depósitos Totais: R\$ 44.472.561;
- Operações de Crédito: R\$ 47.798.785;
- Capital Social: R\$ 9.633.003;
- Resultado Acumulado: R\$ 3.747.253,16.

Ao realizar o comparativo dos respectivos saldos com o exercício imediatamente anterior, apuramos um crescimento em número de cooperados equivalente a 13% (treze por cento). Em ativos totais registramos um crescimento de 42% (quarenta e dois por cento). Em depósitos totais registramos um crescimento de 37% (trinta e sete por cento). Em carteira de crédito registramos um crescimento de 29% (vinte e nove por cento). Em capital social registramos um crescimento equivalente a 19% (dezenove por cento). Por fim, findamos o exercício de 2023 com um resultado positivo, cujo valor acumulado foi 16% (dezesseis por cento) superior aos valores orçados para o respectivo exercício.

Os números gerados comprovam que a CrediSIS Oeste agrega crescente valor às atividades de seus cooperados e contribui significativamente para o desenvolvimento da comunidade local, ao passo que, mantém os recursos administrados no próprio município.

A CrediSIS Oeste completou 08 (oito) anos nas novas instalações da sede. As mudanças na estrutura física e também organizacional, resultaram na eficiência de aplicação e adesão a exigências dos órgãos reguladores, aprimoramento de processos com aplicação de mapeamentos de atividades, maior agilidade no atendimento, bem como a expansão e modernização da instituição como um todo.

Com relação a capacitação, fornecemos aos nossos colaboradores em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/RO) e Central CrediSIS, cursos com conteúdos voltados ao cooperativismo, melhores práticas de mercado, análise de crédito, vendas, autoconhecimento, riscos, investimentos, dentre outros. A CrediSIS Oeste preza por investir em capital humano, capacitando-os para maiores desafios e melhor atendimento aos seus cooperados.

Quanto à governança, o Sistema CrediSIS preza pelas boas práticas do mercado. Desta forma, conselheiros de administração e fiscal, Presidente e Vice-Presidente da CrediSIS Oeste, estiveram presentes em eventos de riscos e gestão com temas voltados, dentre outros, para Supervisão, Governança Cooperativa, Gestão de Riscos, Segurança Cibernética, ESG nas cooperativas de crédito, Negócios e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A CrediSIS Oeste, em 2023, como nos anos anteriores, apoiou entidades, projetos e ações que beneficiam toda a comunidade de Espigão do Oeste, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Espigão do Oeste (APAE), o Asilo São Vicente de Paulo e Casa Lar, Associação do Grupo de Apoio aos Portadores de Câncer de Espigão do Oeste (GAPC), Associação Comercial de Espigão do Oeste (ACIEO), Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste, Secretaria de Assistência Social de Espigão do Oeste (CRAS), Doação de Sangue junto a FHEMERON, Polícia Militar de Espigão do Oeste, Corpo de Bombeiros de Espigão do Oeste, Associação Rural de Espigão do Oeste (AREO), Associação Escolinha de Futebol Esperança, dentre outras ações voltadas a melhoria da saúde, práticas de esportes e educação.

Todas essas ações foram realizadas em consonância com as diretrizes do conselho de administração. Para a cooperativa o resultado é muito evidente porque representa a atuação direta em pontos vitais. É muito importante relatar esses processos, uma vez que transmitimos aos nossos associados o compromisso desta gestão com a qualidade, conduzindo a CrediSIS Oeste em sintonia às práticas modernas de gestão e a eficiência administrativa, sem abrir mão dos princípios que movem o cooperativismo de crédito.

Por fim, acreditamos que, com a confiança de nossos cooperados, dedicação de nossos dirigentes e colaboradores, a CrediSIS Oeste trará resultados ainda maiores no exercício de 2024, visando um sistema cooperativo ainda mais consolidado e fortalecido.

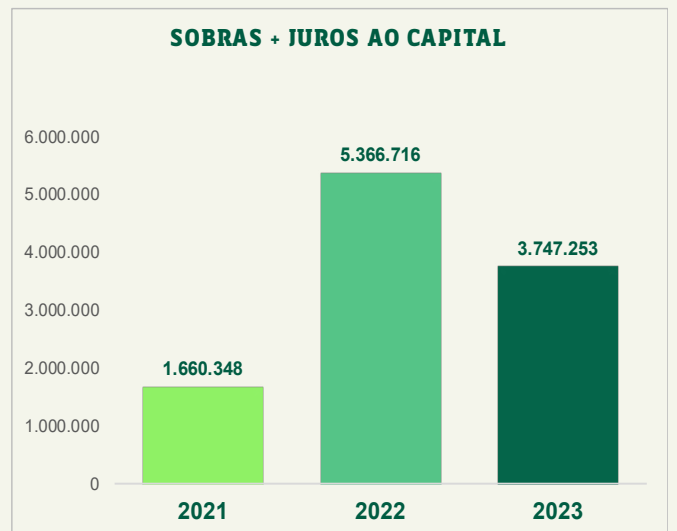
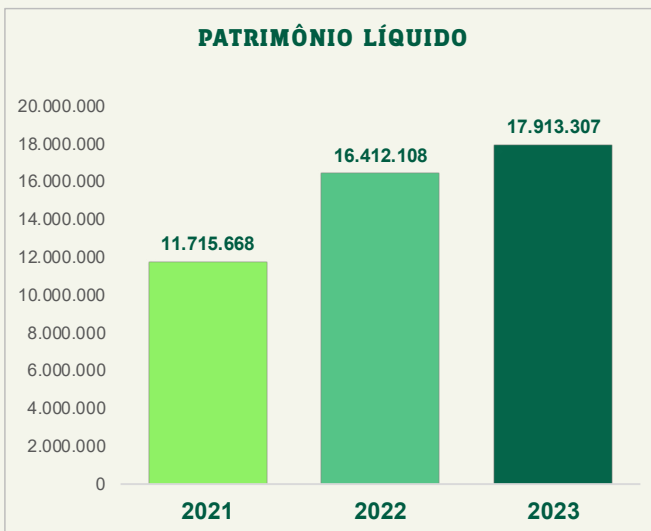
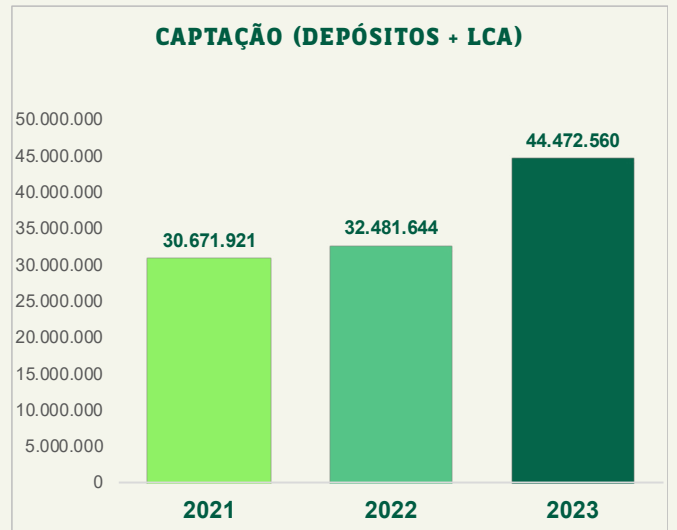
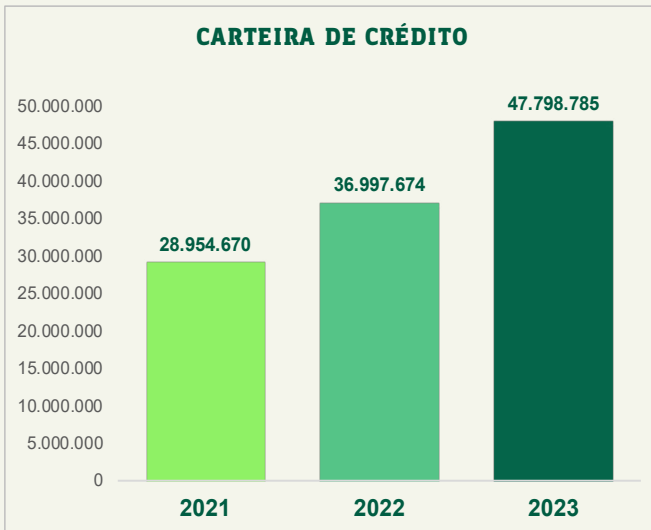
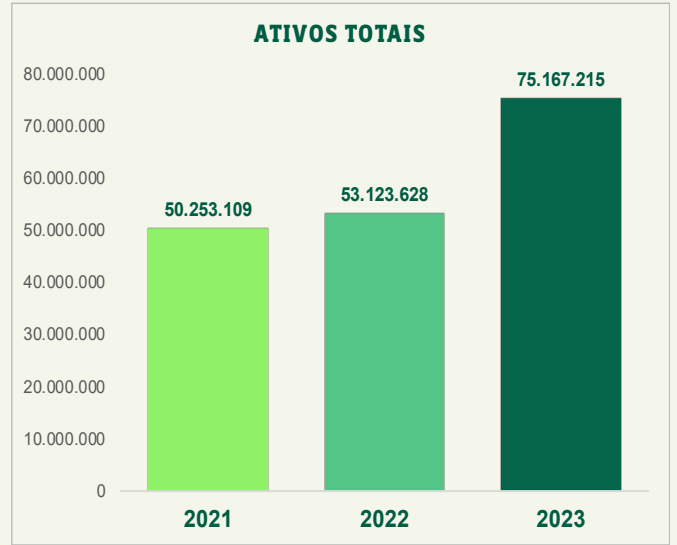
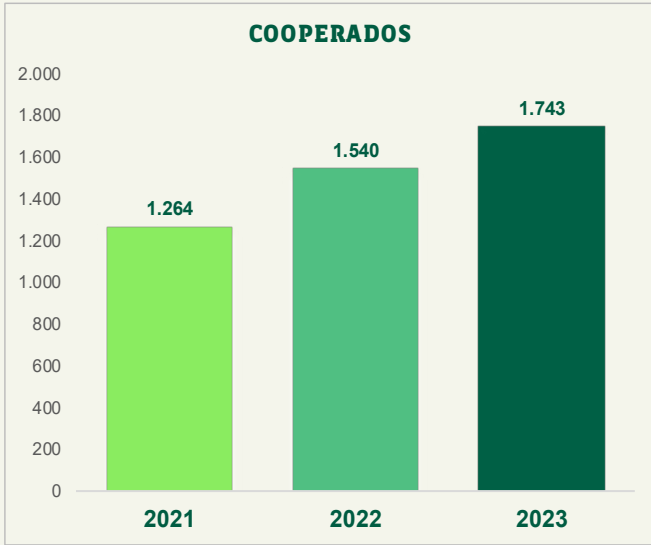
Tarciso Gabiatti

Presidente do Conselho de Administração

Amintas Monteiro de Farias Neto

Vice-Presidente do Conselho

Evolução dos Resultados



Ações Sociais ESG



Ação Dia das Crianças



Leilão - Direito de Viver



Ação Pedalar para Viver Mais



Ação Asilo São Vicente de Paula e Casa Lar



DIA C - Campanha doação de Sangue



Ação com APAE - Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais de Espigão do Oeste



Ação com a academia de karatê Dragões do Norte



Ação Preservação do Meio Ambiente



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos cooperados e administradores da Credisis Oeste – Cooperativa de Crédito e Investimento do Oeste. Espigão D'Oeste-RO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Credisis Oeste – Cooperativa de Crédito e Investimento do Oeste (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credisis Oeste – Cooperativa de Crédito e Investimento do Oeste em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 1º de março de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3 S "AC"

André Zerbetto Chinarello

Contador - CRC 1SP335254/O-8

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

Ativo	NOTA	2023	2022
Disponibilidades	4	565.361	414.025
Instrumentos financeiros		78.541.557	53.300.639
Títulos e valores mobiliários	5	3.600.746	2.447.347
Relações interfinanceiras	6	27.080.345	13.805.317
Operações de crédito	7	47.798.785	36.997.674
Outros ativos financeiros		61.681	50.301
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(4.483.493)	(1.151.586)
Ativos fiscais correntes e diferidos		1.658	76
Outros ativos	9	82.699	33.104
Imobilizado de uso	10	1.075.293	1.028.607
Intangível	10	77.981	74.933
(-) Depreciações e amortizações	10	(693.841)	(576.170)
Total do Ativo		75.167.215	53.123.628
Passivo			
Depósitos	11	37.889.149	32.481.644
Demais instrumentos financeiros		17.174.198	3.022.432
Recursos de aceite e emissão de títulos	12	6.583.412	-
Relações interfinanceiras	13	10.537.887	2.965.846
Outros passivos financeiros		52.899	56.586
Obrigações fiscais correntes e diferidas		203.101	134.835
Outros passivos	14	1.987.459	1.072.608
		57.253.907	36.711.519
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	9.633.003	8.087.128
Reservas de sobras		7.108.465	6.334.588
Sobras ou perdas acumuladas		1.171.840	1.990.393
		17.913.308	16.412.109
Total do passivo e patrimônio líquido		75.167.215	53.123.628

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

		2023	2022
	NOTA	2º semestre	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira		7.284.837	13.879.247
Operações de crédito	17	6.047.640	11.569.613
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	1.237.197	2.309.634
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(4.911.964)	(6.800.833)
Operações de captação no mercado	11	(1.400.606)	(2.556.901)
Operações de empréstimos e repasses	13	(120.028)	(172.042)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(3.391.330)	(4.071.890)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.372.873	7.078.414
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(2.023.121)	(3.320.257)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	18	688.848	1.204.683
Rendas de tarifas	18	11.408	24.678
Dispêndios e despesas de pessoal	19	(1.673.144)	(2.951.112)
Outros dispêndios e despesas administrativas	20	(1.615.351)	(3.059.874)
Dispêndios e despesas tributárias		(7.886)	(12.049)
Outros ingressos e receitas operacionais	21	591.822	1.334.758
Outros dispêndios e despesas operacionais	22	(18.818)	(28.506)
Resultado operacional		349.752	3.590.992
Outras receitas e despesas	23	(832)	(817)
Sobras antes da tributação e participações		348.920	3.590.175
Imposto de renda e contribuição social		(9.506)	(18.312)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(3.924)	(8.327)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(5.582)	(9.985)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital		339.414	3.571.863
Juros ao capital		(564.876)	(1.104.897)
Sobras ou perdas do período antes das destinações		(225.462)	4.489.066

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	339.414	3.571.863
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	339.414	3.571.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	Capital Social		Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Totais
	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva de Contingência		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	6.871.769	(15.942)	4.121.117	135.589	603.136	11.715.669
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(19)	(19)
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Ao capital	600.311	-	-	-	(603.136)	(2.825)
Movimentação de capital:						
Por Subscrição/realização	291.411	(28.073)	-	-	-	263.338
Por devolução (-)	(453.729)	-	-	-	-	(453.729)
Contribuições a reservas	-	-	89.844	-	-	89.844
Utilizações de reservas	-	-	-	(2.374)	-	(2.374)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital					5.366.715	5.366.715
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	873.934	-	-	-	(877.649)	(3.715)
Juros sobre o capital próprio, líquido	(52.553)	-	-	-	-	(52.553)
Destinações das sobras do período:						
Reserva legal	-	-	1.769.255	-	(1.769.255)	-
Outras destinações das sobras do período	-	-	-	221.157	(221.157)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	(442.314)	(442.314)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	(65.928)	(65.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.131.143	(44.015)	5.980.216	354.372	1.990.393	16.412.109
Saldos em 1º de janeiro de 2023	8.131.143	(44.015)	5.980.216	354.372	1.990.393	16.412.109
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(39)	(39)
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Ao capital	586.503	-	-	-	(586.503)	-
Sobras não pagas	-	-	-	-	(21.056)	(21.056)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	(1.382.853)	(1.382.853)
Movimentação de capital:						
Por Subscrição/realização	1.647.167	5.917	-	-	-	1.653.084
Por devolução (-)	(693.712)	-	-	-	-	(693.712)
Contribuições a reservas	-	-	86.613	-	-	86.613
Reversões de reservas	-	-	-	(354.372)	-	(354.372)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	3.571.863	3.571.863
Reversão de utilização de FATES	-	-	-	-	175.448	175.448
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.104.897)	(1.104.897)
Destinações das sobras do período:						
Reserva legal	-	-	1.041.636	-	(1.041.636)	-
Outras destinações das sobras do período	-	-	-	-	(130.203)	(130.203)
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	(260.409)	(260.409)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	(38.268)	(38.268)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.671.101	(38.098)	7.108.46	-	1.171.840	17.913.308

Continua...

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

...Continuação

	Capital Social		Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Totais
	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva de Contingência		
Saldos em 1º de julho de 2023	8.729.165	(36.962)	6.004.505	354.372	2.692.370	17.743.450
Movimentação de capital:						
Por Subscrição/realização	1.212.573	(1.136)	-	-	-	1.211.437
Por devolução (-)	(270.637)	-	-	-	-	(270.637)
Contribuições a reservas	-	-	62.324	-	-	62.324
Reclassificação para fundos voluntários	-	-	-	(354.372)	-	(354.372)
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	-	-	-	-	339.414	339.414
Reversão de utilização de FATES	-	-	-	-	175.448	175.448
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(564.876)	(564.876)
Destinações das sobras do período:						
Reserva legal	-	-	1.041.636	-	(1.041.636)	-
Outras destinações das sobras do período	-	-	-	-	(130.203)	(130.203)
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	(260.409)	(260.409)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	(38.268)	(38.268)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.671.101	(38.098)	7.108.465	-	1.171.840	17.913.308

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras antes da tributação e participações	348.920	3.590.175	5.394.264
Ajuste de exercícios anteriores	-	(39)	(19)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.391.330	4.071.890	213.274
Depreciações e amortizações	58.840	119.778	73.968
Sobras antes da tributação e participações ajustado	3.799.090	7.781.804	5.681.487
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Relações interfinanceiras	1.345.795	457.083	(539.038)
Operações de crédito	(12.411.195)	(11.538.596)	(8.104.319)
Outros ativos financeiros	451.568	(13.878)	(55.898)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(1.508)	(1.582)	(76)
Outros ativos	6.977	(49.595)	20.619
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos	(3.603.568)	5.407.505	1.809.723
Recursos de aceite e emissão de títulos	6.583.392	6.583.412	-
Relações interfinanceiras	6.655.330	7.572.041	(3.997.713)
Outros passivos financeiros	(12.785)	(3.687)	(2.105)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	114.672	68.266	62.210
Outros passivos	(275.733)	(190.046)	245.696
FATES - Atos cooperativos	(84.961)	(84.961)	(442.314)
FATES - Atos não cooperativos	(38.268)	(38.268)	(65.928)
Outras destinações	(484.575)	(484.575)	-
Imposto de renda	(3.924)	(8.327)	(12.896)
Contribuição social	(5.582)	(9.985)	(14.653)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.034.725	15.446.611	(5.415.205)
Atividades de investimentos			
Aumento em investimento em cooperativa central	(660.382)	(1.153.399)	(107.484)
Aquisição de imobilizado de uso	(15.890)	(48.793)	(362.259)
Aquisição de intangível	-	(3.048)	(6.272)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(676.272)	(1.205.240)	(476.015)
Atividades de financiamentos			
Aumento por novos aportes de capital	1.211.437	1.653.084	263.338
Devolução de capital à cooperados	(270.637)	(693.712)	(453.729)
Distribuição de sobras para associados	-	(1.403.909)	(2.825)
Contribuições a reservas	62.324	86.613	89.844
Utilizações de reservas	-	-	(2.374)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	1.003.124	(357.924)	(105.746)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	2.361.577	13.883.447	(5.996.966)
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.114.019	13.592.149	19.589.115
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	27.475.596	27.475.596	13.592.149
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.361.577	13.883.447	(5.996.966)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
Em reais

1. Contexto operacional

A Credisis Oeste - Cooperativa de Crédito e Investimento do Oeste ("Cooperativa"), fundada em 29 de outubro de 2001, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza civil e sem fins lucrativos.

A Cooperativa está sediada à Rua São Paulo, nº 2.536, Centro na cidade de Espigão D'Oeste-RO e tem sua área de ação nos municípios de Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno, Vilhena, Cacoal, Corumbiara e Chupinguaia no Estado de Rondônia e Aripuanã, Juína e Colniza, no Estado de Mato Grosso.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional dos cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados

integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN N° 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN N° 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/21 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.

- Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) – Considerando o enquadramento da instituição como S5, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- Etapa 03 (2024): Sistemas – Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- Etapa 04 (2024): Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i. Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii. Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii. Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da

taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.2. Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em tesouraria e ATM e centralização financeira mantida na Central.

d) Títulos e valores mobiliários

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.761/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de

rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

p) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

q) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	565.361	414.025
Relações interfinanceiras (nota 6)	26.910.235	13.178.124
	27.475.596	13.592.149

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2023	2022
	Não circulante	Não circulante
Participações em cooperativas	3.600.746	2.447.347
	3.600.746	2.447.347

Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

A distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credisis está registrada no grupo de “Outros ingressos e receitas operacionais” (nota 21).

6. Relações interfinanceiras

Descrição	2023	2022
Direitos junto ao sistema de liquidação	170.110	627.193
Centralização financeira (i)	26.910.235	13.178.124
	27.080.345	13.805.317

- i. Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Credisis - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 2.309.634 (R\$ 1.075.075 em 2022).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	32.113.208	3.317.289	35.430.497	32.544.282	709.893	33.254.175
Financiamentos	825.592	884.505	1.710.097	387.319	351.321	738.640
Financiamentos rurais	5.420.305	5.237.886	10.658.191	-	3.004.859	3.004.859
	38.359.105	9.439.680	47.798.785	32.931.601	4.066.073	36.997.674

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 11.455.372 (R\$ 9.536.463 em 2022). (Nota 17).

b) Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	7.879.758	7.879.758	-	3.470.080	3.470.080
B	1,0	-	30.354.932	30.354.932	20.310	23.729.760	23.750.070
C	3,0	25.138	5.210.880	5.236.018	59.734	7.642.775	7.702.509
D	10,0	26.984	322.247	349.231	2.575	1.343.072	1.345.647
E	30,0	17.351	21.355	38.706	3.146	206.706	209.852
F	50,0	32.398	37.320	69.718	85.918	93.657	179.575
G	70,0	4.339	10.241	14.580	364	-	364
H	100,0	1.690.808	2.165.034	3.855.842	290.945	48.632	339.577
		1.797.018	46.001.767	47.798.785	462.992	36.534.682	36.997.674

c) Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2024	-	3.941.377
2025	8.231.839	98.434
2026	958.371	26.262
2027	249.470	-
	9.439.680	4.066.073

d) Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 1.472.322 (R\$ 933.194 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 114.241, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 15.691 em 2022), registrados em ingressos de operações de crédito (nota 17).

8. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**a) Composição por tipo de operação**

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(3.605.606)	(841.865)	(4.447.471)	(1.023.770)	(89.296)	(1.113.066)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(36.022)	-	(36.022)	(38.520)	-	(38.520)
	(3.641.628)	(841.865)	(4.483.493)	(1.062.290)	(89.296)	(1.151.586)

b) Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	(1.151.586)	(1.015.374)
Créditos baixados para prejuízo	739.983	77.062
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(4.010.143)	(345.935)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(61.747)	(44.540)
Reversão de provisão para operações de crédito	-	177.201
Saldo final	(4.483.493)	(1.151.586)

9. Outros ativos

Descrição	2023	2022
Devedores diversos - País	66.372	20.980
Despesas antecipadas	13.339	9.192
Adiantamentos e antecipações salariais	1.823	2.212
Pagamentos a ressarcir	1.165	720
	\$2.699	33.104

10. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	-	-	-	12.411
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	711.394	(507.446)	203.948	215.224
Veículos	20%	312.500	(101.000)	211.500	265.500
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 10% a 20%	51.399	(28.538)	22.861	8.275
		1.075.293	(636.984)	438.309	501.410
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	77.981	(56.857)	21.124	25.960
		1.153.274	(693.841)	459.433	527.370

11. Depósitos

Descrição	2023	2022
Depósitos à vista	22.288.995	17.847.764
Depósitos a prazo (i)	15.600.154	14.633.880
	37.889.149	32.481.644

- i. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$2.556.901 (R\$ 1.299.497 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	2023	2022
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	6.583.412	-
	6.583.412	-

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

13. Relações interfinanceiras

Descrição	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante
Repasses interfinanceiros	5.315.925	5.221.962	10.537.887	2.965.846
	5.315.925	5.221.962	10.537.887	2.965.846

Recursos tomados forma de Depósitos Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Credisys – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possui remuneração média de 7,60% a.a. e vencimento final em dezembro/2025. No exercício de 2023, foram registrados em operações de empréstimos e repasses R\$ 172.042 (R\$ 402.843 em 2022).

14. Outros passivos

Descrição	2023	2022
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	689.135	651.012
Fundos voluntários (ii)	477.961	-
Gratificações e participações a pagar	23.207	4.838
Sobras a distribuir	6.224	2.950
Quotas de capital a pagar	300.911	60.905
	1.497.438	719.705
Diversas:		
Cheques administrativos	-	150
Provisão para pagamentos a efetuar	453.676	338.432
Credores diversos no País	26.839	2.838
	480.515	341.420
Outros passivos	9.506	11.483
	1.987.459	1.072.608

- i. O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 16b).
- ii. Refere-se ao Fundo de Contingência, anteriormente contabilizado no Patrimônio Líquido, que tem como finalidade atender a projetos de investimento, expansão, melhoria de instalações, para cobrir dispêndios com a sede e com a abertura de novas unidades de atendimentos, melhoria das instalações, aquisição de imóveis e equipamentos, desenvolvimento de software, aquisição de meios de locomoção que vise o desenvolvimento e aprimoramento das atividades operacionais da Cooperativa, e em face de eventualidades ou ocorrências atípicas, garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa, que tem como premissa salvaguardar contra ocorrência de falhas tecnológicas, humanas ou técnicas, que possam resultar em ônus financeiro com impacto no patrimônio da Cooperativa, em decorrência de questionamento no âmbito administrativo e/ou judicial por execução indevida de alguns processos judiciais e fiscais; de circunstância que resultem em despesas extras ocasionadas pela operacionalização dos serviços prestados pela Cooperativa como fraudes (tecnológicas), invasão por hacker e cracker, falsificações, roubos e furtos; necessidade de se normatizar a cobertura de danos patrimoniais e pecuniários, especificamente voltados para a cobertura das despesas extras previstas em qualquer movimentação informatizada ou operacionalizada por colaboradores, bem como a criação de mecanismos para ressarcimentos de tais despesas; catástrofes naturais; atos de vandalismo ou criminosos; e incêndios provocados por qualquer natureza.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

15. Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A Cooperativa figura como polo passivo, classificado com risco de perda possível no valor de R\$ 2.000,00.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

É representado pelas integralizações de 1.743 e 1.540 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.653.084 (R\$ 263.338 em 2022), e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 693.712 (R\$ 453.729 em 2022).

O capital social é de R\$ 9.633.003 e de (R\$ 8.087.128) em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Ajustes de exercícios anteriores	(58)	(19)
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	3.571.863	5.366.715
Juros sobre o capital (i)	(1.104.897)	(877.649)
Utilização de FATES	175.448	-
Destinações estatutárias:		
Outras destinações das sobras do período (iv)	(130.203)	(221.157)
Reserva legal (ii)	(1.041.636)	(1.769.255)
FATES - Atos Cooperativos (iii)	(260.409)	(442.314)
FATES - Atos Não Cooperativos	(38.268)	(65.928)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.171.840	1.990.393

- i. Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2023, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.

- ii. 40% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- iii. 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 14).
- iv. 5% para o Fundo de Contingência, com a finalidade de garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa em face de eventualidades (nota 14).

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2023, foi aprovada a destinação de 100% (cem por cento) do valor das sobras (R\$ 1.990.412) apuradas no exercício de 2022 em conta corrente dos associados, respeitando o valor mínimo a ser mantido conforme previsto no parágrafo 5º do Art. 17 do Estatuto Social.

17. Ingressos de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de direitos creditórios descontados	3.442.151	6.895.904	6.253.867
Rendas de empréstimos	1.990.882	3.728.730	2.399.103
Rendas de adiantamento a depositantes	195.461	298.281	309.641
Rendas de financiamentos	181.512	279.125	168.975
Rendas de financiamentos rurais	170.878	253.332	404.877
	5.980.884	11.455.372	9.536.463
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	66.756	114.241	15.691
	6.047.640	11.569.613	9.552.154

18. Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas de prestação de serviços			
Rendas de outros serviços	630.662	1.090.409	851.454
Rendas de cobrança	56.903	111.713	115.717
Rendas de serviços de custódia	1.283	2.561	2.405
	688.848	1.204.683	969.576
Rendas de tarifas			
Rendas de serviços prioritários – PF	6.722	14.392	22.771
Rendas de tarifas bancárias – PJ	4.686	10.286	18.191
	11.408	24.678	40.962
	700.256	1.229.361	1.010.538

19. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal - proventos	(702.752)	(1.238.312)	(993.991)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(323.922)	(556.995)	(430.005)
Despesas de pessoal - benefícios	(302.124)	(527.132)	(438.519)
Despesas de honorários - Conselho de Administração e Diretoria	(251.685)	(433.522)	(446.653)
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(41.472)	(143.962)	(78.518)
Despesas de pessoal - treinamentos	(51.189)	(51.189)	-
	(1.673.144)	(2.951.112)	(2.387.686)

20. Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio Despesas Central (nota 25.1)	(717.681)	(1.598.435)	(1.038.124)
Serviços do sistema financeiro	(179.743)	(333.404)	(290.861)
Outras despesas administrativas	(140.088)	(219.060)	(135.351)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(165.122)	(211.016)	(140.492)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(132.797)	(201.537)	(99.731)
Depreciações e amortizações	(58.841)	(119.778)	(73.968)
Aluguéis	(47.351)	(92.992)	(88.869)
Manutenção, conservação de bens e material	(39.782)	(67.633)	(58.585)
Transporte	(51.240)	(58.243)	(35.711)
Seguros	(23.026)	(47.649)	(23.520)
Água, energia e gás	(19.497)	(35.114)	(28.674)
Comunicações	(12.639)	(25.025)	(25.955)
Viagem no país	(17.640)	(23.384)	(2.334)
Processamento de dados	(2.958)	(13.583)	(24.936)
Serviços de vigilância e segurança	(6.946)	(13.021)	(11.773)
	(1.615.351)	(3.059.874)	(2.078.884)

21. Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras e Juros ao capital recebidos da Credisis Central (nota 25) (i)	192.918	668.617	-
Outras rendas operacionais	185.236	348.967	164.176
Recuperação de encargos e despesas	206.831	303.581	-
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	6.837	13.593	3.438
	591.822	1.334.758	167.614

(i) Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebido da Credisis Central.

22. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fundo de Contingência (nota 25)	(8.931)	(17.862)	(17.742)
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(7.985)	(8.045)	(1.364)
Despesas de cessão de operações de crédito	(1.902)	(2.399)	(967)
Outras despesas operacionais	-	(200)	-
	(18.818)	(28.506)	(20.073)

23. Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais			
Lucros na alienação de valores e bens	718	718	-
Outras rendas não operacionais	329	372	180
Ganhos de capital	-	-	3.030
	1.047	1.090	3.210
Despesas não operacionais			
Outras despesas não operacionais	(1.879)	(1.907)	(286)
Perdas de capital	-	-	(18)
	(1.879)	(1.907)	(304)
	(832)	(817)	2.906

24. Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

25. Partes relacionadas.

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	1.592.153	1.262.950
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	1.596.255	3.051.669
Patrimônio líquido		
Capital social	887.831	1.397.570
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	222.555	265.128
Dispêndio com captações	(490.394)	(884.220)
Benefícios:		
Conselho de administração e diretoria (nota 19)	433.522	446.653
Conselho fiscal (nota 19)	143.962	78.518

25.1. CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a) Atribuições estatutárias

CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b) Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	26.910.235	13.178.124
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	3.600.746	2.447.347
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 13)	10.537.887	2.965.846
Principais operações:		
Ingressos		
Outros ingressos e receitas operacionais (nota 21)	668.617	-
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	2.309.634	1.075.075
Dispêndios		
Operações de captação no mercado (nota 13)	(172.042)	(402.843)
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 20)	(1.598.435)	(1.038.124)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 22)	(17.862)	(17.742)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	17.892.184	16.386.149
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	47.063.431	34.017.075
Índice de Basileia	38%	48%

27. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de

violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

h. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

2S. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Tarciso Gabiatti

Diretor Presidente
CPF 408.969.789-15

Rodrigo Cassiano dos Santos

Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15



Acesse nosso site!

www.credisis.com.br